

## ESTADO DE ALERTA

# Privatistas não dão trégua e voltam a atacar setor de saneamento com PL

Os privatistas não descansam um só segundo da tentativa de entregar o "filé mignon" do setor de saneamento brasileiro ao setor privado nacional e estrangeiro. Mesmo com toda a mobilização dos sindicatos de trabalhadores do setor e sua federação, junto com deputados federais dos campo progressista, que juntos conseguiram derrotar a Medida Provisória 844/18 – a MP da Sede e da Conta Alta –, que caducou no último dia 19 de novembro, o deputado Hildo Rocha (MDB-MA), aliado do presidente golpista Michel Temer, apresentou na Câmara Federal um Projeto de Lei com o mesmo teor da MP.

Com isso, é melhor os trabalhadores fiquem "com as barbas de molho"; O PL 10.996/2018 tem o claro objetivo de tornar possível a privatização do setor de saneamento, que havia sido vencida muito pelo esforço, mobilização e luta dos trabalhadores urbanitários e das entidades que compõem a Frente Nacional pelo Saneamento Ambiental – FNSA.

"Como prevíamos, o governo golpista não dá trégua e, já em conluio com a 'tropa de choque' do governo Bolsonaro, insiste em privatizar o saneamento no país, sem se importar com as graves consequências que isso irá acarretar, principalmente à população dos municípios mais pobres. Mas se eles não dão trégua, os urbanitários também não. Estamos unidos para fazer um novo enfrentamento e derrubar mais esse projeto", afirma Pedro Blois, presidente da FNU –



Federação Nacional dos Urbanitários.

### PROJETO É INCONSTITUCIONAL

O especialista em saneamento, Abelardo de Oliveira Filho, explica que é preciso ficar atento à tramitação do novo projeto, mas que o Poder Legislativo não tem competência para criar leis que acarretem aumento de despesas para órgãos do Poder Executivo.

"Esse PL, que é a cópia do relatório da Comissão que analisou a MP 844/18, propõe aumento de despesas de pessoal para o Poder Executivo. Portanto, esse projeto é to-

talmente inconstitucional", assegura.

Segundo Abelardo, vários projetos de lei desse tipo, que propõem aumento de despesas do Executivo, foram apresentados ao longo do tempo e, posteriormente, foram arquivados.

"A única coisa que esse novo PL poderá servir é para o Executivo também encaminhar à Câmara um projeto similar e os dois serem apensados. Isso porque somente o Executivo pode apresentar projetos que acarretem despesas", afirma Abelardo.

(Com informações da FNU)

## Calendário do SINDISAN 2019 quase pronto

O SINDISAN já está providenciando o Calendário de 2019, com um resumo das ações do sindicato durante o ano de 2018, através de registros fotográficos. O Calendário será distribuído a partir da primeira quinzena de dezembro.

## CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Os SINDISAN convoca os/as trabalhadores/as da DESO, COHIDRO e SAAEs de Capela, Estância e São Cristóvão para uma Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 1º de dezembro de 2018, às 8h30, em primeira chamada, e às 9h, em segunda chamada, em sua sede, localizada à Rua Marechal Deodoro, 1.024, bairro Getúlio Vargas, em Aracaju, para deliberar sobre a seguinte pauta:

- 1) Informes;
- 2) Previsão Orçamentário para o Exercício 2019;
- 3) Avaliação da contraproposta do ACT apresentada pela DESO;
- 4) O que ocorrer.

A Direção

**DESO URGENTE**

# Falta de fardamentos e EPIs está prejudicando os trabalhadores



▲ Fardamentos e EPIs são fundamentais para o desempenho das funções laborais

A falta de fardamento e de equipamentos de proteção individual (EPI) prejudicam sobremaneira os trabalhadores da DESO. Há mais de três meses que o SINDISAN vem recebendo denúncias de vários colegas sobre a constante falta de fardamentos e também de EPIs.

Sobre o fardamento, o caso se torna ainda mais gritante pois, segundo informações, houve um erro na compra dos mesmos quanto à numeração. Foram comprados em demasia números exageradamente grandes, já os números pequenos foram comprados em uma quantidade muito baixa, levando a entender que não se preocuparam em fazer um prévio levantamento das reais necessidades dos trabalhadores da Companhia que fazem uso desses fardamentos. Como

resultado óbvio desse erro esdrúxulo, há uma farta sobra de fardamentos de número elevados.

Enquanto esse problema não é resolvido, os trabalhadores estão desenvolvendo as suas atividades cada um a seu modo, geralmente, complementando o traje com calças e bermudas de uso pessoal. Imaginávamos que problemas administrativos dessa natureza já haviam sidos superados dentro da DESO, já que muitos gestores adoram citar modelos gestacionais de primeiro mundo como referência para o seu cotidiano; porém, na prática, não é nada disso que acontece.

Muitas coisas dentro da Companhia vão de mau a pior, e não é necessário nenhum grande esforço para se perceber. Mas como sempre, tudo só recai no lombo dos trabalhadores. Lamentável!

**COHIDRO**

## Trabalhadores acidentados não registram a CAT

A CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho) é um documento que deve ser emitido pela empresa para registrar um caso de acidente de trabalho ou doença ocupacional. A emissão da CAT é muito importante para que empresas e governos assumam suas responsabilidades e também para que o trabalhador garanta seus direitos.

A notícia que nos chega é que, na Cohidro, alguns trabalhadores, quando se acidentam ou contraem doença ocupacional, não estão registrando a CAT. Queremos lembrar a esses companheiros que, além de incorrer numa ilegalidade, esse registro é muito importante para assegurar os seus direitos. Portanto, não deixem de fazer a Comunicação.

**DISTRITO NORTE**

## Pedra cantada, vigilantes são novamente rendidos e roubados

Como em um filme de premonição, o SINDISAN denunciou no boletim Água Quente, de forma enfática, há cerca de dois meses, que se não fosse feito o conserto da forma mais rápida possível do portão automático de acesso ao Distrito Norte, a reforma sofrida na guarita de segurança de nada valeria, pois quando o vigilante se dirigisse para efetuar a abertura do portão, seria uma presa fácil para marginais, que lhe renderiam e daí poderiam praticar o que bem quisessem contra os trabalhadores daquela unidade.

Pois bem, como uma pedra cantada em um jogo de damas, não deu outra. No último dia 17, quando da troca do turno entre os vigilantes, por volta das 6 horas, aconteceu o que era presumível que aconteceria: dois marginais – um armado de revólver e o outro com uma faca – renderam os vigilantes, rouba-

ram a arma e tocaram o terror, ameaçando perfurar as barrigas dos seguranças com a faca e perguntando pela motocicleta dos mesmos. Os meliantes queriam subir até o R1 para também roubar o operador de plantão, entretanto, acabaram por mudar de ideia.

Agora, o absurdo: o portão automático, segundo nos foi informado no Distrito Norte, só não foi ainda consertado devido a um mero entendimento – equivocado e também um capricho – do chefe local que insiste em afirmar que ele não oferece segurança na sua funcionalidade.

Então, agora o SINDISAN pergunta ao digníssimo 'expert' em segurança: qual a próxima medida a ser tomada depois do ocorrido? Deve-se esperar que algum trabalhador seja morto durante a investida de marginais?



## FALTA FISCALIZAÇÃO

# Problemas na reforma que está sendo feita na sede da DESO saltam aos olhos

Quem for à sede da DESO, na rua Campo do Brito, e prestar atenção na reforma que está sendo executada, percebe, mesmo sem esforço, que muito do que está sendo feito ali parece correr sem a mínima fiscalização por parte da Companhia.

Isso fica claro já na chegada ao portão principal da entrada da sede. A qualidade da pintura das grades parece uma brincadeira. Não foi feito sequer um preparo correto para receber a pintura final: jogaram tinta sobre ferrugem, de qualquer jeito, sem se preocupar com o mínimo de qualidade. As fotos, feitas no local, comprovam claramente esse procedimento malfeito. Chapas e perfis inteiros totalmente enferrujados receberam apenas a camada nova de tinta.

Pelo que se vê, alguns, de fato, não se preocupam com a repercussão que isso pode ter e acham que é coisa pequena, tentando impingir ao SINDISAN a pecha de conspirar e colaborar para "arranhar" a imagem da DESO; entretanto, hora nenhuma esses mesmos que atiram contra o sindicato se preocupam em coibir esses absurdos e malfeitos a saltar aos olhos de qualquer um, e que denunciemos com frequência porque esse é trabalho que cabe sim a qualquer sindicato de ca-

tegoria, embora alguns trabalhadores não entendam essa lógica.

Queremos lembrar a esses senhores que diretores do SINDISAN são funcionários da Companhia e têm a obrigação moral e também de cidadãos de zelar para que as coisas andem em perfeito alinhamento com a moralidade pública e com o bom uso do dinheiro dos contribuintes; afinal, a DESO é uma empresa que pertence ao Estado, portanto, ao povo. Não se pode fazer vistas grossas para o que está errado e não é aceitável.

Pedimos, então, compreensão e, principalmente, resolução das denúncias que são feitas no Água Quente e das mazelas que somente depõem contra a imagem da DESO e que podem ser evitadas, desde que



▲ Pintura do portão foi feita sem se quer recuperar a parte corroída

os responsáveis tenham a clareza e o interesse necessário para que fatos como o que relatamos não se tornem rotineiros.

## NAS RUAS

# Sindicatos temem pelo futuro da aposentadoria

Em ato pelo Dia Nacional de Mobilização em Defesa da Previdência e da Seguridade Social, realizado quinta-feira (22), centrais sindicais fizeram uma ação para alertar os trabalhadores quanto aos riscos da reforma da Previdência defendida pelo presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL).

De acordo com as entidades, a proposta é ainda pior para os trabalhadores do que o projeto engavetado por Michel Temer, por trazer a capitalização do regi-

me previdenciário.

O modelo, que vem sendo defendido pelo futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, é criticado por impor que a contribuição seja feita apenas pelos trabalhadores em contas individuais, e também por conta dos resultados que a privatização da previdência tiveram no Chile, onde os aposentados, segundo lideranças sindicais, recebem menos da metade do salário mínimo do país.

A presidenta do Sindicato dos

Bancários de São Paulo, Osasco e região, Ivone Silva, acrescentou às críticas sobre as alterações no regime de seguridade os impactos da "reforma" trabalhista, há um ano em vigor. "Muitas vezes essa forma de contratação por trabalho intermitente e outras modalidades como a terceirização fazem com que não se tenha uma arrecadação suficiente para a Previdência", avalia a presidenta.

(Da Rede Brasil Atual)

## DEU NA IMPRENSA

# Gestores municipais cobram a DESO no MPE por ações de terceirizadas

**M**atéria publicada na semana passada em um jornal de grande circulação no estado, dá conta que alguns gestores municipais, de tanto clamar por informações e não terem resposta por parte dos representantes da DESO, estão entrando com representações contra a Companhia junto ao Ministério Público Estadual para que a Companhia seja cobrada e comece de fato a fiscalizar os serviços prestados pelas empresas contratadas para efetuarem esgotamento sanitário, ampliação e substituição de redes, e o recapeamento asfáltico.

Segundo esses gestores municipais, os serviços são de péssima qualidade, sendo feito a total revelia da contratante, no caso, a própria DESO, trazendo para as populações locais inúmeros transtornos, que estão a cada dia se tornando in-

suportáveis e deixando muitas pessoas reféns de uma situação que elas não criaram.

A cidade de Lagarto, citada na matéria, é somente uma demonstração do que vem acontecendo em outras cidades do interior do estado, onde, lamentavelmente, tudo leva a entender que há uma espécie de 'convivência' para que as coisas continuem sempre do mesmo jeito, pois muitos fecham os olhos para essa situação de descontrole.

Na Capital, percebem-se melhorias, pois não se vê mais com tanta frequência o nome da DESO nos rádios e nas TVs. Esse exemplo deve também ser levado ao interior do nosso estado, pois ninguém deseja uma Companhia fragilizada perante os usuários e consumidores que a cada dia cobra mais eficiência nos serviços prestados pela DESO.

## APOSENTADOS

# Nova resolução da DESO garante complementação do Auxílio Doença

Uma ótima notícia para os companheiros e companheiras trabalhadores e trabalhadoras da DESO que são aposentados pelo INSS e que continuam vinculados à empresa.

No último dia 23, a Diretoria Executiva da Companhia aprovou a Resolução nº 025/2018, dando nova redação e mudando a nomenclatura para a Norma 2.04.00/GSP-016-00 do Programa de Complementação Salarial - Auxílio Doença.

Com a nova redação e a mudança, fica estendido "o benefício de complementação aos empregados

aposentados pelo INSS e que continuam com o vínculo empregatício com a DESO.

Antes dessa Resolução, que entrará em vigor a partir de 1º de dezembro, esses trabalhadores estavam excluídos desse benefício.

Para a Diretoria Executiva da DESO, essa exclusão "não faz sentido, já que esses empregados continuam com o Contrato de Trabalho em vigência e a Aposentadoria é também um benefício pago pelo INSS".

A Direção do SINDISAN parabeniza a DESO pela decisão, que se mostra acertada.

## AVALIAÇÃO

# Desvalorizar o salário mínimo e aposentadorias agravará a crise

"Se Mansueto e Bolsonaro acabarem com a política de valorização do salário mínimo e a Previdência, significa o fim econômico da maioria das cidades brasileiras de menos de 100 mil habitantes." A avaliação é do presidente da CUT, Wagner Freitas, em entrevista à Rádio Brasil Atual, na quinta-feira (22), onde tratou das propostas apresentadas pelo presidente eleito, Jair Bolsonaro, e pelo secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, que podem agravar ainda mais a já conturbada realidade brasileira.

Cerca de 70% dos municípios do país (3.875 cidades) têm como maior fonte de renda os benefícios pagos pela Previdência Social, muitos deles com base no salário mínimo.

"Elas não têm (essas cidades) uma economia que gire por si só; são lugares onde pais e filhos estão desempregados e o avô acaba sendo arrimo de família. Ou onde os empregados ganham hoje salário mínimo valorizado. Some-se essas duas coisas e o fim delas pode criar uma crise econômica generalizada para a maioria do interior do Brasil, que vai gerar mais desemprego, mais idas do interior para a capital, mais crise nas grandes cidades, mais violência, insegurança, mais crise social.", avaliou Freitas.

(Da Rede Brasil Atual)